

RECURSO ESPECIAL Nº 1.783.698 - PR (2018/0321463-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
RECORRIDO : CELSO LARA DA COSTA
RECORRIDO : EDONY ANTONIO KLUBER
ADVOGADO : JÚLIO CÉSAR HENRICHES E OUTRO(S) - PR028210

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que negou provimento às apelações da defesa e do *Parquet*, para manter a condenação dos recorridos às penas de 3 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial aberto, mais 15 dias-multa, pela prática do delito previsto no artigo 312 c/c o artigo 71, ambos do Código Penal.

Consta nos autos que os recorridos foram denunciados como incurso nas sanções do artigo 312 do Código Penal (por 23 vezes) por terem desviado verbas públicas, por meio da nomeação de servidora para cargo comissionado junto à Presidência da Câmara de Vereadores de Guarapuava/PR, quando a sua lotação de fato dava-se no Gabinete do réu Celso Lara da Costa, em verdadeira violação de cessão de cargos em comissão.

Sobreveio sentença que os condenou a penas iguais de 3 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial aberto, mais 15 dias-multa. As penas privativas de liberdade de ambos foram substituídas por restritivas de direitos. Os réus foram condenados solidariamente, ainda, ao pagamento de reparação dos danos causados.

Em sede de apelação, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná manteve *in totum* a sentença condenatória.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do presente apelo nobre, o *Parquet* alega negativa de vigência aos artigos 92, I, "a" e 312, ambos do Código Penal, sustentando que não se coloca em dúvida que os efeitos extrapenais daquele dispositivo exigem pedido e fundamentação específica, não sendo automáticos, porém, o mesmo artigo traça parâmetros a serem observados para a decretação da perda de cargo público.

Afirma que a situação em comento se enquadra nas especificidades do inciso I do artigo 92 do Código Penal, eis que os recorridos foram condenados pelo delito de peculato, em flagrante violação dos seus deveres de agentes públicos, à pena de 3 anos e 4 meses de reclusão.

Requer, ao final, o provimento do recurso especial para que seja decretada a perda do cargo público exercido pelos recorridos.

Contrarrazoada a insurgência (e-STJ, fls. 4550/4556), após o juízo prévio de admissibilidade, os autos ascenderam a este Superior Tribunal de Justiça.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal, na condição de *custos legis*, ofertou parecer pelo desprovimento do inconformismo (e-STJ, fls. 4576/4581).

É o relatório.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, passa-se ao exame recursal.

Acerca do tema trazido à discussão no apelo nobre, assim restou assentado pela Corte *a quo*, *litteris*:

O Ministério Público requer ainda a decretação da perda do cargo público dos réus.

O pleito não merece acolhimento.

Conforme exposto pelo juízo singular na sentença:

No caso em tela, restou demonstrado que os denunciados EDONY ANTÔNIO KLÜBER e CELSO LARA DA COSTA praticaram o delito no exercício da função pública, valendo-se das facilidades proporcionadas pela função. Contudo, extrai-se dos autos que o dano causado ao erário não é vultoso, bem com que os denunciados não possuem anteriores condenações criminais, indicando personalidade voltada para o crime, pelo que se torna desproporcional a decretação de perda função pública com relação ao delito imputado nestes autos.

Ora, restou patente nos autos que a ré CAROLINE exercia o cargo público, não se tratando de funcionária que não exercia atividade laboral.

Além disso, o valor que CAROLINE recebeu indevidamente, não se mostrou demasiadamente expressivo para a Câmara de Vereadores de Guarapuava durante o período que a ré exerceu atividades naquele local.

É pacífica a jurisprudência dos Tribunais Superiores no sentido de que a perda do cargo ou função pública não é automática, de modo que exige fundamentação específica.

[...]

Com efeito, observa-se que a decisão está devidamente fundamentada para a negativa de perda ou cargo de função pública.

Assim, deve ser mantido o cargo ou função pública dos réus. (e-STJ, fls. 4404/4405).

Na sentença condenatória restou consignado o seguinte:

*A perda de cargo público, motivada por condenação em processo-crime, pode ocorrer em duas circunstâncias (CP, art. 92, I, a e b): a) **Quando aplicada pena privativa de liberdade igual ou CP 92 I a b superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para a administração pública.** b) Quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a quatro anos, nos demais casos.*

Na primeira hipótese, a pena deve estar expressa na

sentença, que necessita da fundamentação adequada, expondo no que consistiu o abuso de poder ou a violação do dever para com a administração pública. E mais, não basta a extensão da pena para fundamento do julgado, sendo exigível que a violação do dever ou abuso do poder [traduzam] grave ofensa ao dever de fidelidade para com a Administração Pública, sem o que a pena acessória torna-se desproporcional.

Se nas penas inferiores a quatro anos e superiores a um, a privação de liberdade admite substituição por restritivas de direitos, ou, mesmo, o regime aberto inicial, isso as torna compatíveis com o exercício do cargo público, a menos que a incompatibilidade advenha da grave violação do dever de fidelidade para com a Administração ou decorra de abuso de poder tão censurável que inadmitiria a continuação da investidura pública.

Cleber Masson em sua obra (Direito Penal, Parte Geral, 6 edição, pg. 796) orienta que “Esses efeitos não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença. Consequentemente, o magistrado precisa proceder à apreciação da natureza e extensão do dano, bem como às condições pessoais do réu, para aferir seu cabimento no caso concreto”.

No caso em tela, restou demonstrado que os denunciados EDONY ANTÔNIO KLÜBER e praticaram o delito no exercício da função pública, valendo-se das CELSO LARA DA COSTA facilidades proporcionadas pela função. Contudo, extrai-se dos autos que o dano causado ao erário não é vultoso, bem com que os denunciados não possuem anteriores condenações criminais, indicando personalidade voltada para o crime, pelo que se torna desproporcional a decretação de perda função pública com relação ao delito imputado nestes autos. (e-STJ, fls. 4028/4029).

Verifica-se, pois, que as instâncias ordinárias decidiram pela não aplicação do efeito extrapenal da condenação relativo à perda do cargo público dos recorridos, sob o entendimento de que sua imposição seria desproporcional, considerando as particularidades do caso concreto, dentre as quais o fato de que o dano causado ao Erário não foi vultoso.

A perda da função pública não é decorrência automática da condenação, devendo o magistrado, para a sua aplicação, fundamentar suas conclusões em critérios objetivos e subjetivos inseridos nos autos que demonstrem a incompatibilidade do ato criminoso com a manutenção do cargo ocupado pelo acusado. Nesse sentido: HC 448.667/RJ, Relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 08/10/2018; REsp 1.557.261/RJ, Relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017; AgRg

no REsp 1.582.667/SC, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 21/06/2017.

No presente caso, consoante adequadamente aduz o membro do *Parquet* em seu parecer, "a não aplicação do efeito extrapenal específico decorreu do livre convencimento motivado do julgador" (e-STJ, fl. 4581), que entendeu indevida a sua imposição.

Sendo assim, o acórdão *a quo* não destoou do entendimento desta Corte acerca do tema, na medida em que a imposição da perda do cargo, emprego ou função pública deve ser adequadamente fundamentada.

Dessarte, constata-se que o Tribunal local, ao decidir pela não imposição da perda do cargo público no presente caso de forma devidamente fundamentada, alinhou-se à jurisprudência desta Corte Superior de Justiça sobre o tema.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 255, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **nega-se provimento ao recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator